* * *

MAXWELL (Kenneth R.). — *Conflicts and Conspiracies: Brazil & Portugal 1750-1808.* Cambridge. At The University Press. 1973, 289 p..

A contribuição dos "brazilianists" está valorizada com o livro de Kenneth R. Maxwell, Professor de História da Universidade de Kansas e do "Institute for Advanced Study", de Princeton. Trata-se de quadro do Brasil de 1750 a 1808, em que se realçam os aspectos social, político e econômico na configuração dos acontecimentos ou como estes determinam aqueles, na colocação do autor no prefácio, completando: "essencialmente o objetivo desta

obra é declinar a ampla interação de Portugal e Brasil durante a segunda metade do século XVIII" (p. VII). Preocupa-se com o assunto da mudança da política colonial que se veficiou, bem como os conflitos e conspirações de 1788 até o fim do período: a de Minas, a do Rio de Janeiro e a da Bahia.

A matéria é bem distribuida: quatro capítulos para o genérico e quatro para as lutas. O livro revela estudo aprofundado da fase de crise do sistema colonial: de fato, o que aí se dá é que Portugal muda sua política em razão das transformações que o País experimenta. A população crescera e se diversificara, interesses brasileiros se opõem à Metrópole, muitas vezes defendidos por portugueses que vivem no Brasil ou dependem de sua prosperidade para êxito nos negócios. A crise comum, agravada pela pregação dos princípios iluministas, que acreditam em liberdade ou em possível melhoramento das condições materiais, pela exploração dos recursos com tecnologia adequada, completa o panorama em que os desajustes se acentuam, explicando tentativas emancipadoras que se frustam, mas preparam a independência para poucos decênios depois. No Brasil, como na América, o sistema revela insubsistência, deve ser alterado e o é, como a história comprova.

Maxwell fornece todos os elementos para a compreensão do que se passa, embora não explicite a crise com convinha fosse feito, que ela decorre da evolução da economia na Europa, com a passagem do regime predominantemente mercantil ao industrial, que dá corpo ao capitalismo. O autor não se preocupa com esse aspecto, seguramente por saber que é estudado em muitos livros, preferindo desenvolver o que se passa no Brasil e Portugal e no choque que entre eles se forma, em crescente complexidade: apresenta sobretudo o que estudou em fontes primárias. E nesse particular é exemplo de trabalho sério e bem conduzido: basta assinalar que nele o autor consumiu os anos de 1964 a 69, em pesquisas no Brasil, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, aos quais se devem acrescentar 1970 e 71, uma vez que o prefácio é datado de setembro desse ano, para a redação, com certeza. Trata-se de estudo que tomou tempo e exigiu esforços. O critério de uso de fontes primárias é digno de realce: não se contenta em usar as que aparecem em livros, transcritas, mas vai ao Arquivo em busca do original, como se vê em dezenas de casos: exemplo, assinale-se o dos *Autos da Devassa,* citado impresso ou no original (p. 191, entre outras). Se aponta a quantidade de documentos que há em livros, denuncia a falta de cuidado na edição (p. 267), o que o leva à consulta da fonte. Pela amplitude do material usado, a obra é modelo a ser seguido. O autor se apresenta especialmente dotado e preparado, como se vê na apreensão do essencial e pela sensibilidade para captar o fluxo temporal. Daí o êxito do estudo, que se situa entre os esforços importantes para o entendimento do período e das conjurações .

O plano seguido confirma a boa estrutura: no primeiro capítulo, a ação de Pombal, comércio luso-brasileiro, presença britânica, medidas moderniza-

doras, Companhias de Comércio e seus privilégios. No segundo, a mudança, por causa da situação internacional, a crise econômica, provocada inteiramente, segundo o autor, com cifras objetivas, pela queda na produção do ouro (p. 49). Na crise vê aspectos positivos e negativos: entre os positivos, maior interesse pelo industrialismo, para diminuir a dependência relativamente à Grã-Bretanha (p. 51), falando mesmo no surgimento de uma burguesia nacional portuguesa (p. 59). No terceiro, a divergência, pelas crescentes tensões, os interesses que se opõem entre Portugal e Brasil, a decadência de Minas. No quarto, a confrontação, com estudo específico da área mineira. Tambem no Brasil surge incipiente burguesia manufaturara e empresarial, animada pela Junta de Lisboa (p. 61). Certo que diz da coincidência de objetivos econômicos entre a "plutocracia brasileira" e os funcionários régios (p. 69). Há aí muito de essencial para a compreensão do processo conspiratório de 1788-89, sem falar no que há de fino entendimento do racial nas competições (p. 94), bem como o destaque de grupo de intelectuais atuantes (p. 95 e ss.) .

Já a contar do Capítulo V, que poderia constituir a segunda parte do livro — ficava-lhe bem a divisão em duas partes —, a conspiração. No quinto capítulo, a tática da revolta, os ideólogos, os interesses financeiros, o programa, o movimento. No texto o processo, com a suspensão da derrama, os desencontros entre os envolvidos, denúncias e devassas. No sétimo, a crise, com a ação governamental para contornar dificuldades, a sentença dos incriminados. Finalmente, no oitavo, as propostas de assistência da Metrópole à Colônia, com as medidas reformistas que justamente se encarnam na figura de Rodrigo de Sousa Coutinho, quem melhor captou a realidade brasileira e mineira e se interessou pelo reerguimento da área que regredira ou estagnara, com o estudo tambem da luta de 98 na Bahia. Quadro amplo e rico, como se vê no simples enunciado.

Fica bem esclarecido, assim, o processo das conjurações. Aí, o relevo é do movimento mineiro de 1788-89, conhecido por conjuração ou Inconfidência, quetoma três capítulos. Como explica o prefácio, no seu estudo tem havido muita deformação. Centrou-se a trama em torno de um grupo — em geral pessoas importantes, financeira, intelectual ou politicamente, enquanto outros, de igual categoria, não foram indiciados; parece ao autor que o destaque concedido a Tiradentes tem obscurecido a questão. Que nos parece bem posta aqui, uma vez que Maxwell não desmerece a figura — que vê como o agente catalisador —, mas quer algo mais que a ação de um indivíduo. Não comete o engano dos que negam seu papel — como certos historiadores o fizeram, indevidamente —, nem coloca o movimento como simples projeção de sua atividade — como fazem outros, tambem indevidamente. Acerta ao dizer que o realce excessivo de Tiradentes minimiza a importância do episódio de que ele é parte (p. VIII). Para o historiador, o conflito foi o resultado de divergência social e econômica entre Minas e

Portugal, a confrontação entre interesses de grupos coloniais e metropolitanos (p. VIII). Aí está a essência, de que os protagonistas (Tiradentes é o principal) são a projeção. Não pensa, como Capistrano de Abreu, que o fato é sem importância, pois foi o centro do periodo, mas o vê como segmento de quadro maior.

Sabe historiar a trama nos pormenores, revelando sutileza na denúncia de aspectos pouco esclarecidos: de sua leitura, fica uma dúvida sobre a atuação do Visconde de Barbacena, que não foi frontal no ataque, mas confundiu os dados do processo, protelando-o, a ponto de deixar no estudiosos quase a suspeita de certo envolvimento pessoal. Outro ponto significativo é o abandono, pelas autoridades, de figuras que devem ter atuado. Surge aí o misterioso João Rodrigues de Macedo, o contratador que devia fortunas ao governo, era íntimo dos principais conjurados, construiu a mais grandiosa casa da Capitania, ponto de encontro para discussões e nada sofreu, enquanto o seu funcionário, contador Vicente Vieira da Mota, foi processado e teve pena de degredo por dez anos. Macedo corrompia as autoridades, mesmo as superiores, como deve ter feito até com governadores. Aparece muito no livro, a nosso ver com justeza, que é personagem que ainda desafia o pesquisador, uma vez que seu papel não é claro até agora. Assim, é notável a contribuição de Maxwell ao estudo da conjuração mineira.

Já a baiana de 98 não nos parece suficientemente colocada. Merecia mais do que recebeu no volume, pelas suas peculiaridades. A de 94 no Rio é pouco referida, o que é certo, que não teve significado profundo.

Completa o livro importante documentação, em cerca de 140 páginas, com mapas, apêndices sobre tributos, comércio, preços, listas de artigos, população. A matéria é fundamental para os leitores estrangeiros, ou para os brasileiros, ainda os bem informados, que há pesquisas novas. Há pequeno glossário, muito util. Parecem-nos dignos de reparo dois pontos: "derrama", como imposto per capita, e "garimpeiro", como explorador ilícito de diamante (p. XVIII). O sentido da palavra "derrama" é outro, como é esclarecido no uso correto em várias passagens (sem. o que não se entenderia a conjuração em Minas, é claro), como p. 16 ou, 141/2. Como está — imposto *per capita* — é insuficiente, pois esse modo de tributar tem o nome exato de capitação, praticado a princípio e depois, de 1735 a 50. Tambem "garimpeiro" não é o explorador ilícito de diamante, mas qualquer explorar dor da riqueza mineral, mais os que não têm técnica apurada ou trabalham individualmente.

Outros pontos que merecem observação: o relacionamento entre força pessoal de potentados da Capitania e a real administração (p. 68), sem mais pormenores, quando se sabe que a vida em Minas, ao longo de todo o século XVIII, é um tecido de lutas e contestações, cujo estudo ou simples enunciado enriqueceria o texto. Alguns pequenos reparos que poderiam ser feitos ficam de lado, pela irrelevância.

O autor reconhece que o que apresenta não é ainda estudo definitivo da conjuração mineira, que é dificil escrever sua história, que vê talvez como "impossível tarefa" (p. VIII). Ainda falta investigação e há muito material que devia ser quantificado (p. IX). É lúcido, sabe os limites de sua obra. O que diz no final do prefácio, que a história do Brasil deve ser escrita por brasileiros (p. X), se tem algo de verdade, não impede que historiadores de outras origens a captem e exprimam com perfeição, às vezes até com vistas originais, que o brasileiro, parte do processo, nem sempre pode encontrar. Há aí um lado de modéstia, pois ele lembra corretamente a linha de Robert Southey a Charles Boxer — muitos nomes poderiam ser citados —, na qual Kenneth R. Maxwell e alguns outros autores dão hoje contribuição valiosa e até decisiva. Como este livro, do qual se dá notícia.

FRANCISCO IGLESIAS-

* *

*